

Câmara tenta acordo para o SUS

MÔNICA MAIA

BRASÍLIA — As lideranças partidárias não conseguiram chegar ontem a consenso sobre a votação do projeto de organização da Seguridade Social. O deputado Raimundo Bezerra, relator, amarrou um acordo na semana passada, mas não previu os torpedos atirados pela iniciativa privada e pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. Aliado à Federação Brasileira dos Hospitais, Righi aceita votar este ano somente o projeto básico, deixando para 1990

as Leis Orgânicas da Saúde, Previdência e Assistência Social, que trariam o Sistema Único de Saúde (SUS).

O plano de adiamento é público. Saiu publicado na terça-feira no jornal *Correio Brasileiro* um anúncio de um quarto de página, assinado por vinte e cinco associações e empresas privadas. Elas “condenam a aprovação de qualquer lei que regulamente a saúde antes que o povo brasileiro decida seu destino. Não podemos assumir a mudança em fim de governo”, confirmou ontem o presidente

da Federação Brasileira dos Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira.

O relator da Lei Orgânica de Saúde, deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), passou o dia ontem conversando com colegas de outros partidos, para desobstruir a manobra de Righi, que pediu vistas ao projeto na quarta-feira da semana passada, impedindo que fosse votado no prazo constitucional, dia 5. “Devemos atropelá-lo em duas semanas”, disse Alckmin.

Mas Alckmin só poderá agir a partir da próxima quarta-fei-

ra, quando Righi prometeu devolver o projeto. O líder do PTB vai jogar toda a sua munição na aprovação parcial, mostrando que o projeto “está cheio de inconstitucionalidades”. A que mais o preocupa é o artigo 4º do Projeto de Lei nº 3.110 (lei orgânica enviada pelo Executivo), que praticamente “obriga” a participação da iniciativa privada no SUS. Após uma análise superficial, Righi já produziu seis páginas de emendas que, nas próximas semanas, deverão ser negociadas no varejo, uma a uma.